



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS  
PRÓ-REITORIA ADMINISTRATIVA  
COORDENAÇÃO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES**



**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 086/2014  
PROCESSO Nº 23110.007526/2014-82**

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a Fundação Universidade Federal de Pelotas, por meio da Comissão Permanente de Licitações, sediada na Rua Gomes Carneiro, 01 – Campus Porto, Bairro Centro, Pelotas/RS, CEP 96010-610, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo menor preço, **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE LABORATÓRIO E REFRIGERADOR**, conforme pedidos PE28E371 do Centro de Desenvolvimento Tecnológico (Eng. Geológica/Eng. Petróleo/Geoprocessamento), PE17E162, PE17E163, PE17E164 e PE21E25 do Centro de Engenharias, PE07E156 da Faculdade de Veterinária, PE47E381 e PE49E265 do Centro de Ciências Químicas, Farmacêuticas e de Alimentos, PE23E206, PE23E207, PE23E330, PE23E344 e PE23E345 da Faculdade de Nutrição, PE49E252 do Instituto de Biologia, PE49E221, PE49E257 e PE49E263 do Instituto de Biologia/Dpto. de Ecologia, Zoologia e Genética, PE30E81, PE30E82, PE30E83 e PE30E84 do Instituto de Ciências Humanas – Conservação e Restauro e PE13E49 do Instituto de Física e Matemática, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 11 de outubro de 2010, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 6.204, de 05 de setembro de 2007, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

## **1. DATA, HORÁRIO E LOCAL PARA ABERTURA DA LICITAÇÃO**

DATA: **25/11/2014**

HORÁRIO: **14:00 horas** (horário de Brasília)

LOCAL: [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)

CÓDIGO UASG: **154047**

1.1. O encaminhamento das propostas terá início com a divulgação do aviso de Edital no sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), até a data e horário da abertura da licitação (definidos acima), exclusivamente por meio eletrônico.

1.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública, observarão o horário de Brasília – DF.

## **2. DO OBJETO**

2.1. Esta licitação tem por objeto a **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE LABORATÓRIO E REFRIGERADOR**, conforme pedidos PE28E371 do Centro de Desenvolvimento Tecnológico (Eng. Geológica/Eng. Petróleo/Geoprocessamento), PE17E162, PE17E163, PE17E164 e PE21E25 do

Centro de Engenharias, PE07E156 da Faculdade de Veterinária, PE47E381 e PE49E265 do Centro de Ciências Químicas, Farmacêuticas e de Alimentos, PE23E206, PE23E207, PE23E330, PE23E344 e PE23E345 da Faculdade de Nutrição, PE49E252 do Instituto de Biologia, PE49E221, PE49E257 e PE49E263 do Instituto de Biologia/Dpto. de Ecologia, Zoologia e Genética, PE30E81, PE30E82, PE30E83 e PE30E84 do Instituto de Ciências Humanas – Conservação e Restauo e PE13E49 do Instituto de Física e Matemática e conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2.2. A UFPel reserva-se o direito de, a qualquer momento, aumentar ou reduzir o objeto deste Edital nos limites da Lei 8.666/93, art. 65, § 1º.

2.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

2.4. Qualquer discordância entre a descrição do objeto neste edital e o contido no Compras Governamentais, valerá o primeiro.

2.5. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens for de seu interesse.

### **3. DO CREDENCIAMENTO**

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal – Compras Governamentais, no sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), com a solicitação de login e senha pelo interessado.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

### **4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO**

4.1. Poderão participar deste Pregão entidades empresariais cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no §3º do artigo 8º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 11.10.10.

4.1.1. A licitante deverá estar **cadastrada e habilitada parcialmente** no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, na forma da Lei.

4.2. Não poderão participar desta licitação:

4.2.1. entidades empresariais proibidas de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.2.2. entidades empresariais declaradas suspensas de participar de licitações e impedidas de contratar com o órgão ou a entidade responsável por esta licitação, conforme art. 87, inciso III, da Lei nº 8.666, de 1993;

4.2.3. entidades empresariais estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.2.4. quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.2.5. entidades empresariais que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

4.2.6. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio, sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

4.3. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.3.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

4.3.1.1. a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa

4.3.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;

4.3.3. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.3.4. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

4.3.5. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009;

## **5. DO ENVIO DA PROPOSTA**

5.1. O licitante deverá encaminhar a proposta por meio do sistema eletrônico até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

5.2. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.3. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.

5.4. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.4.1. valor TOTAL;

5.4.2. Marca;

5.4.3. Fabricante;

5.4.4. Descrição detalhada do objeto: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

5.4.5. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o fornecedor registrado.

5.4.6. Caso haja divergência entre o produto cadastrado no Compras Governamentais e o produto apresentado na proposta encaminhada após a fase de lances, o Pregoeiro poderá solicitar, via chat, a confirmação de qual produto será entregue.

5.5. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

5.6. A validade da proposta será de 60 (sessenta) dias.

5.7. A licitante será responsável pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à UFPel responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

## **6. DAS PROPOSTAS E DA FORMULAÇÃO DE LANCES**

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.

6.2.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.2.1.1. Conforme Acórdão 1.793/2011 – Plenário/TCU, o pedido de desclassificação do licitante deverá ser acompanhado de justificativa, cabendo ao pregoeiro deliberar sobre sua aceitação ou recusa, independentemente da comunicação que fará ao ordenador de despesas para as providências decorrentes, tudo de acordo com o art. 7º da lei 10.520/02, da lei 8.666/93 e demais legislações pertinentes.

6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagem entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5.1. Os lances deverão ser ofertados para o valor TOTAL do item, com apenas duas casas decimais. Caso isto não ocorra, o Pregoeiro estará autorizado a adjudicar os itens desconsiderando a terceira e quarta casa após a vírgula, de forma que o valor fique com no máximo duas casas decimais.

6.5.2. O resultado da divisão do valor total do lance pela quantidade a ser adquirida não poderá exceder a duas casas decimais. Caso isto ocorra o Pregoeiro estará autorizado a arredondar o valor do lance para menos, de forma que o resultado desta divisão não exceda duas casas após a vírgula.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.9. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.10. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.11. Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.

6.12. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.13. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

6.14. Encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 6.204, de 2007.

6.15. Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.16. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.17. Caso a microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa, empresa de pequeno porte e sociedade cooperativa que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.18. Caso não se ofertem lances e sejam identificadas propostas de preços idênticos de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedades cooperativas empatadas na faixa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor cotado pela primeira colocada, e permanecendo o empate até o encerramento do item, o sistema fará sorteio eletrônico entre tais fornecedores, definindo e convocando automaticamente o vencedor para o encaminhamento da oferta final de desempate.

6.19. Havendo êxito no procedimento de desempate, o sistema disponibilizará a nova classificação de fornecedores para fins de aceitação do valor ofertado. Não havendo êxito, ou tendo sido a melhor oferta inicial apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, ou ainda não existindo microempresa, empresa de pequeno porte e sociedade cooperativa participante, prevalecerá a classificação inicial.

6.20. Para que seja aplicado o descrito no item 6.14, a Licitante que se enquadrar como microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, deverá expor sua condição (ME, EPP ou Cooperativa) em campo *próprio no sistema*, no momento do registro de sua proposta no Compras

Governamentais, para que o sistema possa aplicar o exposto na LC 123/06 e no art. 34, da Lei nº. 11.488/07.

6.21. Eventual empate entre propostas, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens:

6.21.1. produzidos no País;

6.21.2. produzidos ou prestados por empresas brasileiras;

6.21.3. produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

6.22. Persistindo o empate, o critério de desempate será o sorteio, em ato público para o qual os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.23. A proposta deverá conter:

6.23.1. Especificação clara do objeto de acordo com o Termo de Referência em anexo ao presente Edital.

6.23.2. Marca para cada item cotado.

6.23.3. Na cotação de preços e nos lances serão aceitos somente 02 (dois) dígitos após a vírgula. Caso isto não ocorra, o Pregoeiro estará autorizado a adjudicar os itens fazendo arredondamentos a menor, de forma que o valor fique com no máximo duas casas decimais.

**6.24. Na proposta a ser enviada após o encerramento da fase de lances, deverá conter o nome, telefone e e-mail (endereço eletrônico) do Responsável da Empresa pelo recebimento do e-mail informando da disponibilidade da Nota de Empenho no Portal da Transparência.**

## **7. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA**

7.1. Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar para fim de aceitação.

7.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor com valor superior ao preço máximo praticado no mercado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível, assim considerado aquele que não venha a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos são coerentes com os de mercado.

7.3. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema (“enviar anexo”), estabelecendo no “chat” prazo razoável para tanto, sob pena de não aceitação da proposta. Caso o sistema seja considerável instável pelo Pregoeiro, poderá ser convocado o licitante para envio de documentação via e-mail.

7.3.1. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, em compatibilidade com o

Termo de Referência, minudenciando o *modelo, tipo, procedência, garantia ou validade*, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas.

7.3.2. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

7.4. Se a proposta ou lance de menor valor não for aceitável, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.5. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “*chat*” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

7.6. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

7.6.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

7.6.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.7. Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

7.8. Nos itens em que for admitido oferecer quantitativos inferiores, se a proposta do licitante vencedor não atender ao quantitativo total estimado para a contratação, respeitada a ordem de classificação, poderão ser convocados tantos quantos forem necessários para alcançar o total estimado, observado o preço da proposta vencedora.

7.9. Para possíveis trocas de mensagens, após a fase de lances, inclusive em relação a negociação de valores, o Pregoeiro irá conceder prazo razoável para resposta do licitante. O prazo mínimo que será concedido é de dez minutos, podendo ser superior, a critério do Pregoeiro.

## **8. DA HABILITAÇÃO**

8.1. O Pregoeiro consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e, conforme o caso, à qualificação econômica financeira, conforme disposto nos arts. 4º, *caput*, 8º, § 3º, 13 a 18 e 43 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010.

8.1.1 Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.



8.1.2. Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo de 02 (duas) horas, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas, empresas de pequeno porte e das sociedades cooperativas, conforme estatui o art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

8.2. Os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF além do nível de credenciamento exigido pela Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010, deverão apresentar a documentação relativa à Habilitação Jurídica e à Regularidade Fiscal, conforme solicitação do Pregoeiro.

8.3. A licitante detentora da proposta classificada em primeiro lugar, para ser declarada vencedora, deverá estar cadastrada no SICAF, com a documentação válida, na forma da lei, mediante consulta “on-line”, e deverá, **encerrada a etapa de lances**, apresentar os documentos a que se refere o Subitem 8.7, deste Edital, por e-mail ou por fac-símile (fax) (preferencialmente via e-mail). O endereço de e-mail é **cpl.ufpel@gmail.com**, o número do telefone para envio de fax é **(53) 3921-1396**.

**8.3.1. O prazo máximo para envio da documentação é de 02 (duas) horas. A documentação original, ou por qualquer processo de cópia reprográfica, autenticada por tabelião de notas, ou por servidor da Administração, desde que conferido(s) com o original, deverá ser enviada no prazo de até 03 (três) dias úteis, impreterivelmente, para o seguinte endereço: Universidade Federal de Pelotas, Rua Gomes Carneiro, nº 01, Campus Porto, Prédio da Reitoria, Departamento de Material e Patrimônio (DMP) - Licitações, CEP 96010-610. Bairro Centro, Pelotas/RS.**

**Deverá constar os seguintes dizeres em sua parte externa frontal:**

**DEPARTAMENTO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 086/2014  
FIRMA OU DENOMINAÇÃO E CNPJ  
PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

8.3.2. O prazo para envio da documentação mencionado no subitem acima poderá ser prorrogado, a critério do Pregoeiro.

8.4. O cadastro e a habilitação parcial da licitante vencedora serão verificados no SICAF, após a análise e julgamento da proposta de preços. No caso de a empresa possuir somente o cadastro obrigatório no SICAF, serão aceitas as certidões negativas emitidas pelas respectivas receitas estaduais e municipais.

8.5. Serão consultadas no sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br) as declarações da licitante vencedora relacionadas abaixo:

8.5.1. Declaração de ciência e concordância com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;

8.5.2. Declaração, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

8.5.3. Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal;

8.5.4. Declaração de que a proposta apresentada para esta licitação foi elaborada de maneira independente, de acordo com o que é estabelecido na Instrução Normativa Nº 02, de 16 de setembro de 2009 da SLTI/MP.

8.6. Caso a empresa não marque no Compras Governamentais alguma das declarações referentes aos itens 8.5.1 a 8.5.4 do edital, será obrigatório o envio de declaração original para o endereço constante do item 8.3.1 do edital.

**8.7. A documentação a ser enviada após a fase de lances, conforme subitem 8.3, é a seguinte:**

8.7.1. Certificação emitida por Instituição Pública Oficial ou instituição credenciada de que a licitante cumpre os critérios de Sustentabilidade Ambiental conforme IN 01/2010 SLTI/MPOG (conforme disposto no item 08 do Termo de Referência). Na falta deste documento poderá ser apresentada a Declaração de Sustentabilidade Ambiental devidamente assinada e com carimbo da empresa (modelo constante no anexo II deste edital).

8.7.2. Proposta com valores finais negociados, devendo apresentar todos os dados da empresa, incluindo **telefone e e-mail para contato**.

8.7.3. Atestado de Capacidade Técnica (declaração ou certidão), fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando ter a empresa licitante fornecido equipamentos compatíveis e pertinentes com o objeto licitado.

8.7.4. Catálogo com as especificações técnicas dos equipamentos.

8.7.5. Declaração de assistência técnica durante o período de garantia que deverá ser prestada preferencialmente no Estado do Rio Grande do Sul, devendo ser informado na proposta, o responsável (ou empresa) pelo serviço, sendo que qualquer despesa com frete (se necessário retirada para conserto) neste período será por conta da licitante vencedora, sem ônus para a UFPel. O prazo para retirada, conserto e devolução não deverá exceder a trinta dias (modelo constante no anexo III).

8.8. Se a menor proposta ofertada for de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, a mesma será convocada para, no prazo de 2 (dois) dias úteis, após solicitação do

Pregoeiro no sistema eletrônico, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período.

8.8.1. A não regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal, será concedido o mesmo prazo para regularização.

8.9. O pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, consultará os sistemas de registros de sanções no SICAF, no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, disponível no Portal do CNJ, e também do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), disponível no portal da transparência, visando aferir eventual sanção aplicada à licitante, cujo efeito torne-a proibida de participar deste certame. Verificará, também, a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, em consulta ao portal do Tribunal Superior do Trabalho, bem como a Lista de Inidôneos no portal do TCU.

8.10. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.11. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

8.12. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

8.13. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

## **9. DOS RECURSOS**

9.1. O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

9.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

9.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

9.3. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito e a consequente adjudicação do objeto pelo Pregoeiro ao licitante vencedor.

9.3.1. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.4. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.5. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

## **10. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

10.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

10.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

## **11. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

11.1. Os recursos orçamentários para fazer frente às despesas da presente licitação serão alocados na classificação abaixo:

- Pedidos da CDTEC:

Gestão/Unidade (UGR): 154216

Fonte de Recurso: 0112

Programa de Trabalho (Ptres): 076120

Elemento de Despesa: 449052

PI: F8282G4014N

- Pedidos do Centro de Engenharias:

Gestão/Unidade (UGR): 154129

Fonte de Recurso: 0112

Programa de Trabalho (Ptres): 076120

Elemento de Despesa: 449052

PI: F8282G4014N

- Pedidos da Fac. De Veterinária:

Gestão/Unidade (UGR): 154138

Fonte de Recurso: 0112  
Programa de Trabalho (Ptres): 076120  
Elemento de Despesa: 449052  
PI: F8282G4014N

- Pedidos da CCQFA:

Gestão/Unidade (UGR): 154136  
Fonte de Recurso: 0112  
Programa de Trabalho (Ptres): 076120  
Elemento de Despesa: 449052  
PI: F8282G4014N

- Pedidos da Fac. De Nutrição:

Gestão/Unidade (UGR): 154134  
Fonte de Recurso: 0112  
Programa de Trabalho (Ptres): 076120  
Elemento de Despesa: 449052  
PI: F8282G4014N

- Pedidos do Instituto de Biologia:

Gestão/Unidade (UGR): 154121  
Fonte de Recurso: 0112  
Programa de Trabalho (Ptres): 076120  
Elemento de Despesa: 449052  
PI: F8282G4014N

- Pedidos do ICH:

Gestão/Unidade (UGR): 154123  
Fonte de Recurso: 0112  
Programa de Trabalho (Ptres): 076120  
Elemento de Despesa: 449052  
PI: F8282G4014N

- Pedidos do IFM:

Gestão/Unidade (UGR): 154130  
Fonte de Recurso: 0112  
Programa de Trabalho (Ptres): 076120  
Elemento de Despesa: 449052

## **12. DO PREÇO**

12.1. Os preços são fixos e irredutíveis.

## **13. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

13.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto estão previstos no Termo de Referência.

## **14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

14.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

## **15. DO PAGAMENTO**

15.1. O pagamento devido à Contratada será efetuado por meio de Ordem Bancária, mediante a apresentação da fatura, atestada e visada pelos órgãos de fiscalização e acompanhamento do recebimento do bem, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do atesto da Administração na fatura apresentada.

15.2. A fatura que for apresentada com erro será devolvida à Contratada para retificação e reapresentação, acrescendo-se, no prazo fixado no item anterior, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

15.3. Fica a empresa ciente que por ocasião do pagamento será verificada a situação da empresa junto ao SICAF, notadamente quanto à regularidade perante a Receita Federal, o Sistema de Seguridade Social (INSS) e com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Caso a empresa apresente alguma irregularidade fiscal, a contratada receberá advertência por escrito e deverá providenciar as medidas saneadoras no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, ou apresentar sua defesa, sob pena de rescisão do contrato. Este prazo poderá ser prorrogado a critério da Administração, desde não acarrete qualquer ônus para a Contratante.

15.4. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente na nota fiscal apresentada e depois de verificada a regularidade fiscal do contratado no SICAF.

15.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo

para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

15.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

15.7. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

15.7.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

15.8. Eventual situação de irregularidade fiscal da contratada não impede o pagamento, se o fornecimento tiver sido prestado e atestado. Tal hipótese ensejará, entretanto, a adoção das providências tendentes ao sancionamento da empresa e rescisão contratual.

15.9. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

## 16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. As penalidades contratuais são as previstas no artigo 7º da Lei 10.520/2002 e artigo 28 do Decreto n. 5450/2005 e demais normas cogentes: ***“Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato ou ata de registro de preços, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com a***

***União, e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais”.***

16.2. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

16.2.1 não assinar a ata de registro de preços quando convocado dentro do prazo de validade da proposta, não aceitar/retirar a nota de empenho ou não assinar o termo de contrato decorrente da ata de registro de preços;

16.2.2. apresentar documentação falsa;

16.2.3. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

16.2.4. ensejar o retardamento da execução do objeto;

16.2.5. não mantiver a proposta;

16.2.6. comportar-se de modo inidôneo;

16.2.7. cometer fraude fiscal;

16.3. A licitante vencedora incorrerá em atraso na entrega do objeto licitado, se não fornecer o produto a partir do 1º (primeiro) dia após o prazo estipulado no item 19.11 do Edital.

16.4. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

16.4.1. advertência;

16.4.2. multa de até 20% (vinte por cento), do valor do Empenho, por infração a qualquer cláusula ou condição pactuada;

16.4.3. suspensão de licitar e impedimento de contratar com a UFPel pelo prazo de até dois anos;

16.4.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 87 da Lei 8.666/93.

16.4.5. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

16.5. A multa de mora será aplicada da seguinte maneira, com base no valor do empenho:

16.5.1. 5% (cinco por cento) para atraso de até 09 (nove) dias;

16.5.2. 10% (dez por cento) para atraso de 10 (dez) a 29 (vinte e nove) dias;

16.5.3. 20% (vinte por cento) a partir do 30º dia de atraso.

16.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

16.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.



16.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade,

16.9. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## **17. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

17.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

17.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail **cpl.ufpel@gmail.com**, pelo fax (53) 3921.1396, ou por petição dirigida ou protocolada no seguinte endereço: Universidade Federal de Pelotas, Rua Gomes Carneiro, nº 01, Campus Porto, Prédio da Reitoria, Departamento de Material e Patrimônio (DMP) – Licitações – SALA 303, CEP 96010-610. Bairro Centro, Pelotas/RS.

17.3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.

17.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

17.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital. O endereço de e-mail é **cpl.ufpel@gmail.com**.

17.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

17.7. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

## **18. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

18.1. Os critérios de sustentabilidade ambiental estão previstos no Termo de Referência.

## **19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

19.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

19.2. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

19.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

19.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

19.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

19.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

19.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

19.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

19.9. À Universidade, por interesse público justificado, é reservado o direito de revogar este Pregão, nos termos da legislação, sem que caiba aos participantes direito à reclamação ou indenização.

19.10. A simples participação nessa licitação implica na aceitação plena e incondicional do inteiro teor expresso neste Edital, desde que transcorrido "in albis", o prazo estabelecido no art. 41, § 2º da Lei 8.666/93.

19.11. O prazo de entrega dos produtos objeto da Nota de Empenho não poderá exceder 30 (trinta) dias, exceto para o item 3, cujo prazo de entrega não poderá exceder 60 (sessenta) dias, a contar da ciência da emissão do empenho, sendo a empresa notificada via e-mail, obrigando-se a confirmar seu recebimento. Caso a empresa não confirme o recebimento do e-mail, o prazo concedido para resposta começará a contar 24 horas após o envio do e-mail.

19.12. Os produtos fornecidos fora das especificações ficarão sujeitos à imediata substituição pelo fornecedor, sem qualquer ônus para a Universidade.

19.13. As condições e preços acolhidos na proposta aceita serão irreversíveis, na forma determinada pelo Edital.

19.14. A licitante vencedora obriga-se a manter durante o período da contratação, as condições de qualificação e habilitação exigidas no ato convocatório, notadamente a regularidade fiscal, sem a qual não será efetivado pagamento algum, sem configuração de mora da UFPel.

**19.15. O item 18 deverá ter garantia de no mínimo 05 (cinco) anos, os demais itens deverão ter garantia de no mínimo de 01 (um) ano, a contar da data de entrega.**

19.16. Após a fase de lances, toda e qualquer comunicação da UFPel com a licitante poderá ocorrer por correio eletrônico (e-mail), sendo obrigação da empresa manter o cadastro atualizado no SICAF. O endereço de e-mail para contato utilizado na comunicação poderá ser aquele cadastrado no SICAF ou o e-mail cadastrado na Proposta enviada após a fase de lances.

19.16.1. A empresa, quando notificada via e-mail, deverá confirmar o recebimento do mesmo. Caso contrário, o prazo concedido para resposta começará a contar 24 horas após o envio do e-mail.

**19.17. Quando da emissão da Nota Fiscal, deverá ser fornecido nesta ou em anexo a mesma os dados bancários da Empresa.**

19.18. As dúvidas e inadimplência serão resolvidas no foro da Justiça Federal-Subseção Judiciária de Pelotas.

19.19. Informações e outros elementos necessários ao perfeito conhecimento do objeto desta licitação, serão solicitados ao pregoeiro, *exclusivamente* através do endereço eletrônico: *cpl.ufpel@gmail.com*.

19.20. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

19.20.1. ANEXO I - Termo de Referência;

19.20.2. ANEXO II – Modelo de declaração de sustentabilidade ambiental;

19.20.3. ANEXO III - Modelo de declaração de assistência técnica.

Pelotas, 13 de outubro de 2014.

Danielle Nolasco Zaffalon  
Pregoeira



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS**  
**PRÓ-REITORIA ADMINISTRATIVA**  
**DEPARTAMENTO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES**



**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 086/2014**  
**PROCESSO Nº 23110.007526/2014-82**

**1. DO OBJETO**

1.1. A presente licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo menor preço tem por objeto a **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE LABORATÓRIO E REFRIGERADOR**, conforme pedidos PE28E371 do Centro de Desenvolvimento Tecnológico (Eng. Geológica/Eng. Petróleo/Geoprocessamento), PE17E162, PE17E163, PE17E164 e PE21E25 do Centro de Engenharias, PE07E156 da Faculdade de Veterinária, PE47E381 e PE49E265 do Centro de Ciências Químicas, Farmacêuticas e de Alimentos, PE23E206, PE23E207, PE23E330, PE23E344 e PE23E345 da Faculdade de Nutrição, PE49E252 do Instituto de Biologia, PE49E221, PE49E257 e PE49E263 do Instituto de Biologia/Dpto. de Ecologia, Zoologia e Genética, PE30E81, PE30E82, PE30E83 e PE30E84 do Instituto de Ciências Humanas – Conservação e Restauro e PE13E49 do Instituto de Física e Matemática de acordo com as especificações e quantidades abaixo relacionadas:

Unidade Solicitante / Pedido	Código SIASG	Item	Quantidade	Unidade de Medida	Descrição	Valor unitário máximo
CDTec PROEQUIP PE28E371	59129	01	01	Unidade	Analizador de Compostos Orgânicos Voláteis (Laboratório de Geoquímica): -Range dinâmico de 1 ppm a 20.000ppm; -Resposta rápida em 2 segundos; -Fácil troca do sensor PID e partes como eletrodo e lâmpada; -Opções de Datalogger (memória de dados); -Autonomia de 30 horas de bateria; -Alarme sonoro (95dBA) e vibratório.	<b>R\$ 17.209,17</b>
Centro de Engenharias PROEQUIP PE17E162		02	01	Unidade	Incubadora com agitação orbital, com controle de temperatura digital (entre 0 e 50°C), agitação orbital com regulagem digital (entre 0 e 250 rpm), capacidade mínima de 250 L, tensão de 220 V.	<b>R\$ 13.009,06</b>
Faculdade de Veterinária PROEQUIP		03	01	Unidade	Eletrodo íon sensível medidor de pH/ISE portátil com visor LCD p/ leituras de pH, mV e ISE, e temperatura simultâneas, com display LCD que	<b>R\$ 12.940,00</b>

PE07E156					exibe leituras, conexões, data, hora, identificação da amostra, ID de usuário e de calibração, contendo visor explicativo com mensagens de ajuda referente à calibração e menu de opções e sistema de leitura que indica a condição de calibração do eletrodo e display que informa tipo de alimentação do aparelho, em conversor ou pilha. Mede pH em faixa de -2,000 a 20,000, com resolução de 0,1/0,01/0,001 e Precisão Relativa de +- 0,002. ISE em faixa de medição de 0 a 19999, unidades M, ppm/mg, %, ppb ou sem unidade, resolução de 1,2,3 dígitos significativos, precisão relativa de +-0,2mV ou 0,05% ou o que for maior, padrões de ISE linear de ponto a ponto, não linear, correção automática de branco. Medição de temperatura em faixa de -5 a 105°C, resolução de 0,1 até 99,9°C e 1,0 acima de 99,9°C, precisão relativa de +-0,1°C. Conexão de eletrodo com trava e referência tipo pino (todos à prova d'água). Kit do medidor pH com medidor de pH, 01 eletrodo combinado de pH, 01 termocompensador em Inox, 01 solução de descanso do eletrodo pH, 01 buffer de pH 4,01 frasco de 475ml, 01 buffer de pH 7,00 frasco de 475ml. 01 buffer de pH 10,01 frasco de 475ml, 01 agitador pá, 01 conversor universal 100/240v e 01 suporte de eletrodo. Acompanha eletrodo medidor de cálcio, combinado, corpo em PVC, com 01 m de cabo conector BNC.	
CCQFA PROEQUIP PE47E381		04	01	Unidade	Bateria extratora de gordura. Capacidade para 06 provas, resistências encapsuladas em placas de porcelana, de 250 W cada, com controlador eletrônico individual por prova até 250°C. A vidraria deve ser de borossilicato, 06 condensadores tipo bola, 06 conexões extratoras fracionadas Soxlet, 06 balões redondos de fundo chato capacidade para 250ml; alojamento para amostra: 06 cartuchos extratores de celulose; 220V.	<b>R\$ 6.595,08</b>
Faculdade de Nutrição PROEQUIP PE23E206		05	01	Unidade	Base para forno combinado. Desmontável, capacidade para 14 GNs 1/1 65mm, construída em aço inoxidável, com pés com regulagem de altura. Dimensões aprox. 55cm x 91cm x 65cm (P x L x A)	<b>R\$ 2.120,00</b>
Centro de Engenharias PROEQUIP PE21E25	95591	06	01	Unidade	1 (um) equipamento chuveiro e lava-olhos, crivo (chuveiro) e bacia (lava-olhos) em aço inox, esguichos lava-olhos/face em plástico ABS. Material dos tubos e conexões em ferro	<b>R\$ 1.322,15</b>

					galvanizado pintado de verde. Acionamento manual do chuveiro através da Haste Triangular em aço inox e do lava-olhos através da Placa Empurre em aço inox.	
Instituto de Biologia PROEQUIP PE49E252	21750	07	01	Unidade	Fonte de eletroforese digital. Tensão variável: 10 a 300V com incrementos de 1V; corrente variável: 4 a 500mA com incrementos de 1mA. Timer: 0-999 minutos ou corrida contínua. Saídas em paralelo que permitem conexão de cubas de eletroforese simultaneamente. Crossover automático. Mecanismo de recuperação automática dos parâmetros após queda de energia. Proteção contra curto-circuito. Aparelho bivolt 100-240V.	<b>R\$ 2.176,00</b>
Instituto de Biologia Depto de Ecologia, Zoologia e Genética PROEQUIP PE49E263		08	01	Unidade	Microcentrífuga, com ajuste digital microprocessada, capacidade até 24 microtubos de volume de 1,5 a 2,0ml, rotação até 15000 rpm com controle de rotação, controle de tempo de funcionamento até 99 minutos, sistema segurança tampa aberta, rotor de ângulo fixo. Bivolt 110-220v.	<b>R\$ 6.009,25</b>
Instituto de Biologia Depto de Ecologia, Zoologia e Genética PROEQUIP PE49E257	150189	09	01	Unidade	Gabinete B.O.D. construído em aço com pintura eletrostática anti-corrosiva, câmara interna em polipropileno; suporte para prateleiras; acompanha bandejas na porta; circulação interna de ar forçada; motor com compressor hermético com gás livre de CFC; segurança com sistema de proteção de superaquecimento; controlador de temperatura microprocessado digital; sensor de temperatura com leitura digital; sistema de aquecimento através de resistência blindada em aço inox; painel frontal superior com controlador de temperatura, chave geral e leds com indicação de aquecimento e refrigeração; alimentação 220 volts; capacidade 364 litros; faixa de trabalho: temperatura até 60°C, resolução 0,1°C, variação do controlador +- 0,5°C.	<b>R\$ 4.715,00</b>
Centro de Engenharias PROEQUIP PE17E163		10	02	Unidade	Estufa esterilização e secagem. Capacidade de 100L. Câmara interna com prateleira móvel, porta frontal com sistema de fechamento. Confeccionada em chapa de aço com paredes duplas com tratamento anti-corrosivo, isolamento térmico com lã de vidro em todas as paredes, inclusive portas e teto. Aquecimento: através de resistência de fio níquel-cromo. Painel de controle: frontal com controlador de temperatura	<b>R\$ 4.877,06</b>

					automático, lâmpada piloto indicadora de funcionamento, chave liga/desliga, fusível de segurança e chave 220v.	
Faculdade de Nutrição PROEQUIP PE23E207	43192	11	04	Unidade	Balança digital. Capacidade máxima de 30kg, divisão de 1g, 220V, função tara, prato de medição em aço inox.	<b>R\$ 1.851,20</b>
Faculdade de Nutrição PROEQUIP PE23E330	43192	12	01	Unidade	Balança semi analítica Capacidade: 3200g Resolução 0.1g Inserção de tara manual Alimentação 110-230V 50/60Hz 9v 1000mA	<b>R\$ 1.730,60</b>
Faculdade de Nutrição PROEQUIP PE23E344	408637	13	01	Unidade	Micropipeta multicanal. Capacidade aspiração de 5 até 50 µL, tipo multicanal, ajuste volume regulável, componentes com ejetor de ponteira, suporte, característica adicional 8 canais, adicional autoclavável.	<b>R\$ 1.384,17</b>
Faculdade de Nutrição PROEQUIP PE23E345		14	02	Unidade	Refrigerador: capacidade bruta de 344 L, voltagem 220 V, 02 portas, frost free.	<b>R\$ 2.669,33</b>
Instituto de Ciências Humanas Conservação e Restauro PROEQUIP PE30E81	150721	15	02	Unidade	CAPELA DE EXAUSTÃO DE GASES  Capela de exaustão pequena para manipulação de produtos voláteis e com odores. Material fibra de vidro. Dimensões cerca de L: 80 x P: 60 x A: 90. Iluminação interna feita por lâmpada fluorescente ou LED. Porta em acrílico ou vidro, com deslocamento vertical tipo guilhotina e sistema de contrapeso com ajuste em qualquer posição. Interruptores para exaustão e iluminação. Exaustor centrífugo. Ventoinha e prolongador do eixo do motor em polipropileno, motor de 1/30 CV, 1700 rpm, 220 V, capacidade de exaustão de no mínimo 10 m3/min.	<b>R\$ 2.876,06</b>
Instituto de Ciências Humanas Conservação e Restauro PROEQUIP PE30E82	109665	16	02	Unidade	CONDUTIVÍMETRO DE BANCADA  Para aplicação de condutividade / resistividade / salinidade. Gabinete em plástico e tela LCD. Condutividade faixa medição 0,010 a 2 s/cm, resolução 1/ 0,1/ 0,01 siemens, precisão relativa 0,05%. Compensação de temperatura automática ou manual na faixa de 0 a 100°C. Calibração automática. Acessórios:Célula de Vidro (K=1) paara medir condutividade em soluções aquosas, sensor de temperatura em aço inox, fonte de alimentação 110/220V,	<b>R\$ 3.181,99</b>

					solução padrão 146,9 $\mu$ S/cm; suporte para eletrodo e sensor, manual de instruções.	
Instituto de Biologia Depto de Ecologia, Zoologia e Genética PROEQUIP PE49E221	24341	17	02	Unidade	Bússola geológica tipo Brunton modelo DQL-08.	<b>R\$ 856,00</b>
IFM PE13E49		18	02	Unidade	<p>Osciloscópio digital - Características gerais: Memory prime: 2 mega pontos no mínimo, escala vertical mínima 2mv até~ 10v, mínimo de 25 medidas automáticas. Interface usb e sd card. Função autosest com possibilidade de inibição opção para hardcopy, salva a imagem em qualquer menu. Opção de disparo único, comandos virtuais do instrumento, gravação de sequencias de tela, e envio de comandos.</p> <p>Display mínimo: tft lcd de 5.6 polegadas colorido. Resolução mínima o display: 320 pixels horizontal por 234 pixels vertical. Contraste: ajustável. Largura de banda de 50MHz ou maior 2 canais. Taxa máxima de amostragem real com valor mínimo de 1GS/S para um canal e taxa de amostragem equivalente de no mínimo 25GS/S por canal. Modo medição automática do traço do cursor.</p> <p>FFT em db e rms integrado. Função para impressão direta ou impressoras compatíveis. Modo julgamento: verifica sinal de entrada qualquer com uma faixa padrão. Medição automática do traço do cursor. Gravação de forma de onda Interface usb device e sd card slot. Ambiente de operação mínimo entre 0°C~50°C. Alimentação: auto selecionável de 100v~240v ac, com frequência mínima de 47hz ~ 63hz, fusível lento 1a / 250v, cat II. Resolução vertical mínima: 8 bits memória de canal: 2m pontos ou mais (1 canal), 1m pontos ou mais (2 canais). Formas de Aquisição mínima: normal, detecção de pico, média. detecção de pico.</p> <p><b>Sensibilidade Vertical:</b> volts por divisão: 2mv/div a 10v/div, no mínimo, compatível com pontas diferenciais e pontas de corrente. Polaridade normal ou invertida. Operações matemáticas mínimas: soma, subtração, multiplicação, FFT, FFT RMS. Máxima tensão de entrada: 300v (dc + pico ac), cat II. Compatível também com pontas diferenciais e pontas de corrente. Faixa de base de tempo: 1ns ~ 50s/div. roll: 250ms/div. - 50s/div. Modos: principal, janela, janela com zoom, roll, x-y, pré-trigger: 10 div. Máximo, pós-trigger: 1000 div. <b>tecla de atalho</b> auto set: vertical, horizontal e ajuste de trigger.</p>	<b>R\$ 6.553,87</b>



					run/stop: congela a forma de onda. hardcopy: salva imagem da tela em um cartão de memória ou tira uma cópia direto para impressora. pict bridge. <u>INTERFACE:</u> mínimo de um conector USB Device USB1.1 & 2.0 ou superior, suporte pendrive 16G ou superior. Mínimo uma entrada de cartão SD. Pontas de prova (2 peças no mínimo), cabo de alimentação (1 peça) manual de instruções em português, adaptador SD/USB (1 peça no mínimo) <b><u>Garantia mínima: 5 anos.</u></b>	
Instituto de Biologia CCQFA PROEQUIP PE49E265	150807	19	01	Unidade	Centrífuga de bancada não refrigerada com as seguintes especificações técnicas:  -Sensor de indicação de tampa aberta; -Sensor de indicação de desbalanceamento; -Sistema balanceado; -Pés de borracha (tipo ventosas) para fixação na bancada; -Velocidade ou rotação máxima controlada: 4000 rpm; -Timer regulável de 0 a 30 minutos; -Para volumes de 15 mL. -Alimentação: 220 V ou bivolt. - Instalação e treinamento	<b>R\$ 1.481,00</b>
Centro de Engenharias PROEQUIP PE17E164		20	01	Unidade	Incubadora para DBO com fotoperíodo 220 V, com controlador eletrônico de temperatura e timer. Homogeneização da câmara em +-1°C, faixa de trabalho entre -10 e 50°C e parte interna com 4 lâmpadas fluorescentes. Com no mínimo de 190 L de capacidade.	<b>R\$ 6.001,95</b>
Instituto de Ciências Humanas Conservação e Restauro PROEQUIP PE30E84	109665	21	04	Unidade	CONDUTIVÍMETRO DE BOLSO (ou PORTÁTIL)  Medidor de condutividade construído em material plástico, com display em cristal líquido de fácil visualização. Escala de resolução m S/cm : 0 19,99 S/cm / 0,01m S/cm. Compensação automática da temperatura entre 10°C e 50°C. Precisão: +-2%. Alimentação: 4 pilhas de 1,5V. Inclui eletrodo, solução de calibração e manual de instruções.	<b>R\$ 667,60</b>
Instituto de Ciências Humanas Conservação e Restauro PROEQUIP PE30E83	109665	22	02	Unidade	CONDUTIVÍMETRO PORTÁTIL  Display de Cristal Líquido (LCD) de 3 <sup>1/2</sup> dígitos; Escala: 0 a 1.999mS / 0 a 19.99; Precisão: +- 2% + 1 dígitos; Resolução: 0,001mS para escala 1.999 mS 0.01 mS para escala 19.99 mS * µS – micro Siemens, MS – mili Siemens; Compensação de temperatura automática de 0 a 50°C, sensor separado do aparelho;	<b>R\$ 1473,60</b>

					Temperatura de operação: 0 a 50°C; Alimentação: 1 bateria de 9V ou similar. Acessórios: eletrodo de condutividade, solução padrão para calibração, manual de instruções.	
--	--	--	--	--	--	--

## 2. DO PRAZO E DO LOCAL DE ENTREGA

2.1. O prazo de entrega dos produtos objeto da Nota de Empenho não poderá exceder 30 (trinta) dias, exceto para o item 03, cujo prazo de entrega não poderá exceder 60 (sessenta) dias, a contar da ciência da emissão do empenho, sendo a empresa notificada via e-mail, obrigando-se a confirmar seu recebimento. Caso a empresa não confirme o recebimento do e-mail, o prazo concedido começará a contar 24 horas após o envio do e-mail.

2.2. Os produtos objetos deste Pregão deverão ser entregues no Almoxarifado Central da Universidade Federal de Pelotas, Campus Universitário Capão do Leão s/nº, CEP 96160-000, Bairro Jardim América, Capão do Leão/RS, salvo se especificado de modo diverso na Nota de Empenho, dentro dos limites territoriais dos municípios de Pelotas e Capão do Leão.

## 3. DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

3.1. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 5 (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

3.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

3.3. Os bens serão recebidos definitivamente prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

3.3.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

3.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

## 4. DA NOTA DE EMPENHO

4.1. A empresa será comunicada, via e-mail, da disponibilidade da Nota de Empenho no Portal da Transparência. O prazo para entrega dos bens começará a contar a partir do recebimento do e-mail. Caso a empresa não confirme o recebimento do e-mail, o prazo começará a contar 24 horas após o envio do e-mail.

4.2. A disponibilidade da Nota de Empenho no Portal da Transparência não gera expectativa para a empresa. A empresa deve aguardar o envio do e-mail, no qual será indicado o link da Nota de Empenho no referido Portal.

4.3. Na proposta deverá conter o nome, telefone e e-mail (endereço eletrônico) do Responsável da Empresa pelo recebimento do e-mail informando da disponibilidade da Nota de Empenho no Portal da Transparência.

## **5. DA NOTA FISCAL**

5.1. Quando da emissão da Nota Fiscal, deverá ser fornecido nesta ou em anexo a mesma os dados bancários da Empresa. Deverá ser informado na Nota Fiscal, ainda, a descrição completa e detalhada dos bens, tais como modelo, marca, número de série, tempo de garantia, cor, medidas, entre outros dados que forem considerados essenciais.

5.2. De acordo com o ofício circular nº 11/2010, do Departamento de Finanças e Contabilidade da UFPel, a partir de 01/12/2010 todas as entregas devem vir acompanhadas da NOTA FISCAL ELETRÔNICA (NF-E), em substituição às notas fiscais modelo 1 e 1-A, conforme Protocolo ICMS 42/2009.

## **6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

6.1. São obrigações da Contratante:

6.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

6.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

6.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

6.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

6.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

6.1.6. solicitar à contratada todas as providências necessárias ao bom andamento do objeto contratado;

6.1.7. permitir o livre acesso dos empregados da empresa a ser contratada às dependências da UFPel para tratar de assuntos pertinentes aos serviços ou aquisições contratados;

6.1.8. rejeitar, no todo ou em parte, os materiais entregues em desacordo com o contrato;

6.1.9. proporcionar todas as condições necessárias ao bom andamento da entrega dos objetos contratados.

6.1.10. prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada;

6.1.11. notificar a empresa, por escrito, por ocorrência de eventuais irregularidades observadas na execução dos serviços e solicitar o reparo, a correção, a remoção, a reconstrução ou a substituição do objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, fixando prazo para tal;

6.1.12. receber o objeto no dia previamente agendado, no horário de funcionamento da unidade responsável pelo recebimento;

6.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

7.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

7.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade*;

*7.1.1.1. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;*

7.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.1.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

7.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar à Contratante a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições;

7.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

7.1.7. Respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências do UFPel;

7.1.8. Arcar com as despesas diretas e indiretas, tais como: salários, transportes, alimentação, diárias, assistência médica, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações civis e quaisquer outras que forem

devidas aos seus empregados no desempenho dos serviços, ficando ainda a UFPel isenta de qualquer vínculo empregatício com os mesmos;

7.1.9. Relatar de imediato a UFPel toda e qualquer irregularidade observada em virtude da prestação de serviços;

7.1.10. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento dos serviços constantes deste Termo de Referência e Proposta apresentada pela Contratada;

7.1.11. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante;

## 8. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

8.1. Consoante art. 5º da IN nº 01/2010 SLTI/MPOG:

8.1.1. Os bens deverão ser preferencialmente acondicionados em embalagens que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

8.1.2. Os bens deverão ser livres de substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva ROHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

8.2. A comprovação do disposto nos itens acima poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital.

## 9. DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## 10. INFORMAÇÕES GERAIS

10.1. A licitante detentora da proposta classificada em primeiro lugar, para ser declarada vencedora, deverá estar cadastrada no SICAF, com a documentação válida, na forma da lei, mediante consulta “on-line”, e deverá, encerrada a etapa de lances, apresentar os documentos a que se refere o Subitem 8.7, deste Edital, por e-mail ou por fac-símile (fax) (preferencialmente via e-mail). O endereço de e-mail é [cpl.ufpel@gmail.com](mailto:cpl.ufpel@gmail.com), o número do telefone para envio de fax é (53) 3921-1396.

10.1.1. O prazo máximo para envio da documentação é de 02 (duas) horas. A documentação original, ou por qualquer processo de cópia reprográfica, autenticada por tabelião de notas, ou por servidor da Administração, desde que conferido(s) com o original, deverá ser enviada no prazo de até 03 (três) dias úteis, impreterivelmente, para o seguinte endereço: **Universidade Federal de Pelotas, Rua Gomes Carneiro, nº 01, Campus Porto, Prédio da Reitoria, Departamento de Material e Patrimônio (DMP) - Licitações, CEP 96010-610. Bairro Centro, Pelotas/RS.**

**Deverá constar os seguintes dizeres em sua parte externa frontal:**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS  
DEPARTAMENTO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 086/2014  
FIRMA OU DENOMINAÇÃO E CNPJ  
PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO  
RUA GOMES CARNEIRO, 01  
BAIRRO CENTRO - PELOTAS  
CEP: 96010-610

10.2. **O item 18 deverá ter garantia de no mínimo 05 (cinco) anos, os demais itens deverão ter garantia de no mínimo de 01 (um) ano, a contar da data de entrega.**

10.3. Os produtos entregues deverão estar acondicionados de forma compatível com sua conservação, em embalagens lacradas pelo fabricante.

10.4. As penalidades contratuais são as previstas no artigo 7º da Lei 10.520/2002 e artigo 28 do Decreto n. 5450/2005 e demais normas cogentes: ***“Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato ou ata de registro de preços, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com a União, e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais”.***

## ANEXO II

### MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

A Empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_-\_\_\_\_\_, sediada na cidade de \_\_\_\_\_ Estado \_\_\_\_\_ à rua \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_ bairro \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_-\_\_\_\_\_, fone \_\_\_\_\_, fax \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a). \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, para fins de habilitação no Pregão Eletrônico 86/2014, **DECLARA expressamente que atende aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente**, em conformidade com a Instrução Normativa 01/2010 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI-MPOG).

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

Local e data.

\_\_\_\_\_  
Assinatura e carimbo  
(nome do representante legal)

**ANEXO III**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

Declaro, para os devidos fins, que a Empresa \_\_\_\_\_, inscrita sob o CNPJ nº \_\_\_\_\_/\_\_\_\_-\_\_ sediada na cidade de \_\_\_\_\_ Estado \_\_\_\_\_ à rua \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_ bairro \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_-\_\_\_\_, fone \_\_\_\_\_, fax \_\_\_\_\_ se compromete a fornecer Assistência Técnica, com Técnicos especializados, durante o período de garantia do(s) equipamento(s) do(s) qual(is) foi vencedora no Pregão eletrônico nº 086/2014, sendo que qualquer custo para retirada, quando necessário, correrá por conta da Contratada, sem ônus algum para a Universidade Federal de Pelotas.

Cidade, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014.

\_\_\_\_\_  
Assinatura

\_\_\_\_\_  
Nome do Declarante